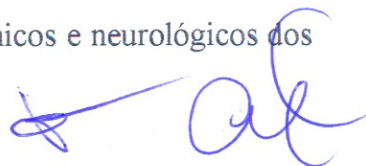


À sociedade civil, autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Tocantins.

O Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos realizou, no dia 21 de junho de 2017, o I Encontro Estadual do Fórum. Os debates desenvolvidos no decorrer do evento demonstraram a fragilidade da saúde humana e do meio ambiente frente ao crescente uso de agrotóxicos no Tocantins, implicando em prejuízos socioambientais no campo e na Cidade. Este panorama repete-se em todo o país. No Brasil, no curto período de 10 anos, o consumo de agrotóxicos progrediu 115% entre os anos de 2002 e 2012, conforme a 6ª edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) 2015, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, a escalada no uso de agrotóxicos revela que a produção de alimentos, de forma sustentável, continua sendo um imenso desafio do setor agrícola. **No entanto, as reflexões trazidas ao longo do evento revelam que esse desafio poderá ser superado, desde que haja vontade política, comprometimento das autoridades e a adoção de medidas fundamentais para o alcance do objetivo, conforme as seguintes considerações e propostas:**

- proibição no Brasil do registro de agrotóxicos banidos em seus países de origem, evitando que o Brasil seja depósito de “lixos químicos” provenientes de países desenvolvidos;
- implementação de um Programa Estadual de Redução do uso de Agrotóxicos;
- implementação de políticas efetivas para a fiscalização, controle, acompanhamento e instrução técnica quanto ao uso e comércio dos agrotóxicos;
- ampliação da rede de coleta de embalagens vazias de agrotóxicos no Estado;
- ampliação da capacidade da rede laboratorial do SUS para realização de exames que identifiquem a intoxicação humana de trabalhadores expostos aos agrotóxicos.
- apoio às ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador e Vigilância Ambiental nas produções do agronegócio e o Plano de Vigilância em Populações Expostas aos Agrotóxicos do Tocantins;
- criação de estratégias para reduzir a subnotificação de intoxicação exógenas relacionadas aos agrotóxicos;
- democratização ao uso e acesso à terra, a fim de incentivar a agricultura familiar, com base na agroecologia e produção orgânica;
- instituição de Lei Estadual determinando que nos rótulos dos produtos elaborados no Estado constem indicação do tipo e a quantidade de agrotóxicos utilizados na produção;
- instituição de Lei Estadual que obrigue a rotulagem de produtos hortifrutigrangeiros ainda no produtor, possibilitando a rastreabilidade do produto;
- instituição de mecanismos que garantam o resgate de enxames de abelhas melíponas provenientes de desmatamentos autorizados pelos órgãos de meio ambiente e o controle do plantio nas zonas rurais e urbanas de plantas exóticas prejudiciais à fauna nativa;
- aumento da capacidade técnica, operacional e de recursos humanos da Polícia Civil, NATURATINS e DEMA, a fim de incrementar a fiscalização do cumprimento da Lei de crimes Ambientais (Lei nº 9605/88); da Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7802/89) e o combate aos crimes de Contrabando e Descaminho (Art. 334 e 334-A do Código Penal) e falsificação de agrotóxicos;
- criação de mecanismos para armazenamento e destinação de agrotóxicos apreendidos pelos órgãos de fiscalização;
- apoio ao desenvolvimento de pesquisas dos efeitos teratogênicos e neurológicos dos



agrotóxicos na saúde humana com o envolvimento das universidades locais e saúde pública;

- adequação da CEASA para a realização da rastreabilidade dos produtos que são ali colocados à venda;
- cadastramento de todos os vendedores das principais feiras do município de Palmas, visando possibilitar Ação da Vigilância Sanitária Municipal na rastreabilidade dos produtos;
- reestruturação do Laboratório Central do Estado do Tocantins e/ou de laboratórios de instituições de pesquisa, tornando-o apto para o monitoramento de resíduos de agrotóxicos na água, no solo e nos alimentos ofertados e ampla divulgação dos resultados das análises;
- promoção da educação para o consumo consciente.

Convictos ainda, do papel fundamental do acesso à informação e educação neste processo de mudança, entende-se ainda como necessário:

- independência das instituições científico-acadêmicas;
- incentivo à Pesquisa, Divulgação e Adaptação de técnicas produtivas de base agroecológica e para a redução do uso de agrotóxicos;
- incentivo à Pesquisa sobre impactos dos Agrotóxicos no Cerrado, estimulando-se parcerias institucionais para a realização de estudos;
- desenvolvimento de campanhas perante a instituições formadoras de opinião na região do Cerrado;
- garantia do acesso à informação adequada e explícita sobre os produtos consumidos;
- realização de consultas populares sobre temas pertinentes para a sociedade;
- sensibilização da população urbana e rural quanto ao impacto dos agrotóxicos à saúde coletiva e às comunidades tradicionais em face da expansão do agronegócio;
- incentivo à educação no campo respeitando o conhecimento local e inclusão de conteúdos relacionados a agroecologia e o bem viver.

Assinam esse documento:

 - MPE/TO
Adriano Mangano - MPE/TO
Maria Nely B. Oliveira - MPT/TO
Adriane Fátima Valadarez - SES/TO
Carlos Augusto Castro Almeida - CIMI
Jackson R. Pereira - UFT/ISC/ARAT.
Regina Antonia Souza Nepomuceno - Assoc. Nativa
Renato Pymcre Pity C. L. Krahô - AIK/IKOM KAHÔ
Paulo Henrique Schell... - UFT-Gurupi
Instituto de Estudos Sociais - INDOESC

Thiago Gomes M. Alves - SKINT / SRT / MPTO
Giseli Akemi Caspary - CEREST - TO
Paulo Marcos Jesus Mendes - UFG - GOIÂNIA
Paulo Francisco Ribeiro Lima - ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE
Erich Colicchio - UFT / Palmas-TO
Marli +. Santos - GAIA / Palmas-TO